



Notas Curtas: OAB e Conamp apoiam Bruno Dantas como ministro do TCU

A Ordem dos Advogados do Brasil e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) enviaram ofício ao Senado em apoio à indicação do advogado Bruno Dantas para o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União. Dantas já foi consultor legislativo do próprio Senado, além de ter sido membro do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Teimosia

Mesmo com o [alerta de juristas](#) sobre a inviabilidade de uma constituinte exclusiva para se fazer uma reforma política, o PT insiste na ideia. O partido aprovou resolução em que reafirma a necessidade de convocação de uma nova assembleia para mudar o sistema político do país, além de propor financiamento público exclusivo de campanha, voto em lista e aumento da participação feminina.

Ousadia

Ganhou repercussão nas redes sociais uma lei do município de Aporá (BA) que pretendia alterar a Constituição Federal. Aprovada pelos vereadores e sancionada pelo então prefeito Ivonei Raimundo dos Santos (DEM), a Lei 45/2011 mudava os limites de gastos das Câmaras e os vinculam à receita do município — além de prever limites diferentes, a Constituição os relaciona ao tamanho da população. A lei também pretendia alterar a quantidade de vereadores de todo o país, mas seu [texto](#) reproduzia parâmetros já previstos na Constituição.

Vida curta

Só o Congresso Nacional pode alterar a Constituição e não foi difícil para o Tribunal de Justiça da Bahia derrubar a lei. No [acórdão](#), os desembargadores afirmam ser tratar de inconstitucionalidade “chapada, enlouquecida, desvairada”. Até o Ministério Público queria agilidade no julgamento: “Não há razão para se demorar na análise de um caso que envergonha as tradições jurídicas do estado da Bahia e expõe os poderes do município ao ridículo e à galhofa nacional”. A ação foi movida em novembro de 2012 pelo advogado **Vagner Cunha**, que à época representava o grupo de oposição ao prefeito Ivanildo.

Liberdade em risco

O que o Judiciário deve fazer diante dos assassinatos de jornalistas será tema de palestra na Escola de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Emerj), no próximo dia 6 de maio. O palestrante será Ricardo Pedreira, diretor da Associação Nacional de Jornais, e serão debatedores o desembargador Luís Gustavo Grandinetti e o promotor Emerson Garcia. A entrada é gratuita.

Ouvidoria

A Faculdade de Direito da USP criou uma ouvidoria para receber manifestações da comunidade acadêmica. Foi designado como ouvidor o professor-associado **José Fernando Simão**. “É lógico que há pedidos e reivindicações que não poderemos resolver, mas todos os questionamentos serão avaliados”, disse.

Planejamento



O diretor da Faculdade de Direito da USP, **José Rogério Cruz e Tucci**, também instituiu o comitê plurianual de planejamento de obras do campus, cuja função será apresentar projeto que integre os imóveis pertencentes à faculdade de Direito e suas proximidades. O comitê será coordenado pelo professor-titular **Florian Peixoto de Azevedo Marques Neto**.

Padrões

A Corregedoria-Geral da Justiça lançou modelos para os pedidos de Providência e Consulta. A ideia é padronizar as fundamentações e questionamentos. No caso dos procedimentos que não atenderem ao padrão proposto, o protocolo deverá devolvê-lo para adequação.

Balanço

Em um novo mutirão, o centro de conciliação dos Juizados Especiais Cíveis do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro alcançou 81% de acordos em 316 processos. Desta vez participaram as empresas TIM e Telemar. O próximo será nesta quarta (16/4), com Banco do Brasil, Santander, Nextel e a TAM.

Date Created

15/04/2014